

Tintas usadas pelos índios Bororos. *Boletim do Museu Nacional*. V.1, 1925.
Apontamentos para a biografia do Brigadeiro Jerônimo Joaquim Nunes.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1930 (23/24).

Conquista do território matogrossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1926 (15).

Esboço da História da Mato Grosso. Bibliografia Histórica dos Salesianos em Mato Grosso. s.d.

Limites orientais de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1920-1924 (4/6-13).

BIBLIOGRAFIA

JUCÁ, Pedro Rocha. Cadeira nº 22. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Comemorativa ao Jubileu de Diamante. p. 205-208.

MESQUITA, José Barnabé de. João Barbosa de Faria. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1996. p. 322.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá. CCS, 1992.

DESEMBARGADOR JOÃO CARLOS PEREIRA LEITE

Paulo Pitaluga Costa e Silva

O Desembargador João Carlos Pereira Leite foi um dos filhos de Luís Benedito Pereira Leite, um dos próceres políticos de Mato Grosso em sua primeira fase republicana. Era descendente da família Pereira Leite, que teve sua origem ancestral em Mato Grosso ainda no século XVIII, e cujo marco na história mato-grossense, foi a fazenda Jacobina, fundada em 1772 por Leonardo de Souza. O genro deste, João Pereira Leite, foi o primeiro dessa família a chegar ao Brasil e a Mato Grosso.

Nasceu em Cuiabá em 12 de julho de 1861, mas para cumprir a tradição dos Pereira Leite nascidos na Fazenda Jacobina, foi batizado em Cáceres em 19 de março de 1862. Em Cuiabá fez os seus primeiros estudos, até os 17 anos, quando seguiu para São Paulo tentar os preparatórios de Direito. Aprovado, foi matriculado na Faculdade de Direito de São Paulo, as famosas Arcadas, onde se formou em 1887.

Já bacharel retornou para Cuiabá, onde, após breve exercício da advocacia, abraçou a carreira da magistratura. Em 1903 era Juiz de Direito da Comarca de Santo Antonio do Rio Abaixo. Exerceu o cargo de Juiz de Direito em Cuiabá por vários anos, chegando a Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Como Desembargador veio a se aposentar.

Dada a sua fidelidade partidária ao eminente político cuiabano Pedro Celestino Corrêa da Costa, foi lançado candidato a deputado federal pela Aliança Liberal, sendo eleito com excelente votação. Essa eleição provocou a sua mudança para o Rio de Janeiro, então capital federal. Seu último mandato como deputado federal terminou em dezembro de 1923. Politicamente se pautava pela conciliação, porém nunca lhe faltando o espírito combativo em defesa de suas idéias político-partidárias. Do Rio de Janeiro, a convite do então Presidente do Estado de Santa Catarina, Lauro Müller, mudou-se para Florianópolis para exercer o cargo de Secretário Geral do Governo. Em Santa Catarina permaneceu por 5 anos, até cerca de 1927.

Retornando para Cuiabá, retirou-se da vida pública e assim permaneceu, longe de qualquer atividade social, até o seu falecimento em 1933.

Em 8 de janeiro de 1828, foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico de Mato Grosso. Sua produção intelectual ficou restrita aos julgados enquanto magistrado e, dos tempos de político, pronunciamentos, moções e projetos de Lei feitos a partir da Câmara dos Deputados. Também militou como jornalista, escrevendo algumas poucas matérias de cunho político partidária em defesa, principalmente, do então chefe político Pedro Celestino Corrêa da Costa.

Muito religioso, faleceu deixando um testamento datado de 8 de agosto de 1933, quando já estava bem doente e imobilizado numa cama. O interessante desse testamento foi a simplicidade com que pediu o seu enterro, sem música, sem pompa, com seu caixão carregado por quatro praças de pré.

Foi casado com Amélia de Cerqueira Caldas, filha do Barão de Diamantino, com quem teve 14 filhos.

JOÃO CUNHA

Lourembergue Alves

João Cunha nasceu em Poconé, a 16 de junho de 1871. Nascera um ano depois do término da guerra contra os guaranis e início de uma Nova era para Mato Grosso. Nova era marcada pela reabertura do rio Paraguai, via fluvial por onde penetraram os investimentos de capital estrangeiro, aplicados nos setores da produção agropecuária e do comércio importador-exportador. Ocorreu, a partir de então, um surto de desenvolvimento econômico da Província mato-grossense, possibilitando a formação de novos grupos políticos dispostos a tomar das mãos das velhas lideranças o poder de mando regional.